

FASUL EDUCACIONAL **(Fasul Educacional EaD)**

PÓS-GRADUAÇÃO

DIREITO IMOBILIÁRIO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO IMOBILIÁRIO

Disciplina: Hermenêutica Jurídica
Ementa
Introdução à hermenêutica jurídica. Espécies de interpretação jurídica. Escolas hermenêuticas. Interpretação, integração e aplicação do Direito. Hermenêutica constitucional.
Conteúdo Programático
1. Introdução à Hermenêutica Jurídica 2. Espécies de Interpretação Jurídica 3. Escolas hermenêuticas 4. Interpretação, integração e aplicação do Direito 5. A hermenêutica constitucional
Bibliografia
<ul style="list-style-type: none"> ● DINIZ, M. H. Compêndio de introdução à ciência do Direito. São Paulo: Saraiva, 2006. ● LENZA, P. Direito constitucional esquematizado. São Paulo: Saraiva, 2016. ● MARTINS, S. P. Instituições de Direito Público e Privado. São Paulo: Atlas, 2014. ● MAXIMILIANO, C. Hermenêutica e aplicação do Direito. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000. ● NADER, P. Introdução ao Estudo do Direito. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005. ● REALE, M. Lições preliminares de Direito. São Paulo: Saraiva, 2005. ● SILVA, De P. Vocabulário jurídico. Rio de Janeiro, Forense, 2016. ● SCHLEIERMACHER, F. Hermenêutica: arte e técnica da interpretação. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. ● SOARES, R. M. F. Hermenêutica e Interpretação Jurídica. São Paulo: Saraiva, 2019. ● VENOSA, S. de S. Introdução ao Estudo do Direito. São Paulo: Atlas, 2006.

Disciplina: Teoria Geral dos Contratos
Ementa
Contratos administrativos e contratos de direito privado. Características. Requisitos. Formalização. Espécies. Cláusulas exorbitantes. Equação econômico-financeira. Tipos de parceria entre a Administração Pública e a sociedade civil. Conceito e abrangência de controle. Espécies. Controle financeiro. Controle pelos Tribunais de Contas. Características e abrangência. Organização e competências do TCU, dos TCEs e dos TCMs. Atuação do Ministério Público. Improbidade administrativa. A Nova Lei das Licitações.
Conteúdo Programático
1. Contratos administrativos e de Direito Privado 2. Parcerias entre a Administração Pública e a sociedade civil 3. Formas de controle 4. A fiscalização dos Tribunais de Contas 5. Ministério Público e improbidade administrativa 6. A nova Lei das Licitações
Bibliografia
<ul style="list-style-type: none"> ● BRASIL. Constituição Federal (1988). Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 out. 1988. BRASIL. Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 12 set. 1990. ● BRASIL. Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 jun. 1992. ● BRASIL. Lei n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 fev. 1993a. ● BRASIL. Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 maio 1993 b. ● BRASIL. Lei n. 9.637, de 15 de maio de 1998. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 18 maio 1998. ● BRASIL. Lei n. 9.790, de 23 de março de 1999. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 mar. 1999. ● BRASIL. Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 5 maio 2000. BRASIL. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 jan. 2002. ● BRASIL. Lei n. 13.105, de 16 de março de 2015. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 14 mar. 2015. ● BRASIL. Lei n. 13.800, de 4 de janeiro de 2019. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jan. 2019.

- BRASIL. Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF 1 abr. 2021.
- MACHADO, B. A. Ministério Público: organização, representações e trajetórias. Curitiba: Juruá, 2007. NEVES, D.; OLIVEIRA, R. Improbidade Administrativa - Direito Material e Processual. São Paulo: Forense, 2020.
- SANTANA, E. O Ministério Público no estado democrático de direito. Curitiba: Juruá, 2000.

Disciplina: Direito e Legislação Tributária
Ementa
Direito tributário e aspectos econômicos da tributação. Origens e conceito. Direito financeiro. O papel do direito na política econômica. Despesas e orçamentos públicos. Poder de tributar e competências tributárias. A relação jurídica, econômica e tributária. Sistema tributário nacional (fundamentos históricos). Noções gerais de lançamento, extinção e exclusão do crédito tributário. Fato gerador da obrigação tributária. Certidões negativas. Fiscalização tributária.
Conteúdo Programático
1. Noções introdutórias de Direito Tributário 2. Das espécies de tributos 3. Do exercício do poder de tributar e suas limitações 4. Da relação jurídico-tributária (ou obrigação tributária) 5. Da responsabilidade tributária 6. Do crédito tributário 7. Das garantias e privilégios do crédito tributário 8. Da fiscalização e cobrança dos tributos
Bibliografia
<ul style="list-style-type: none">● PAULSEN Leandro. Direito Tributário. Constituição e Código Tributário Nacional à luz da doutrina e da jurisprudência. 18. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado. 2017.● CARRAZA Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. São Paulo: Malheiros Editores. 23. ed. 2007.● AMARO Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 23. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.● ALEXANDRE Ricardo. Direito Tributário Esquematizado. 10. ed. Rio de Janeiro: Método, 2016.● BALEEIRO Aliomar. Direito Tributário Brasileiro. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.● COELHO, Sacha Calmon Navarro. Curso de Direito Tributário Brasileiro. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.● FREITAS Vladimir Passos de. et al. Código Tributário Nacional Comentado. 7. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.● MACHADO Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 38. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2017

Disciplina: Registro de Imóveis e Gestão Patrimonial
Ementa
Importância do registro de imóveis e seus princípios regedores, bem como os efeitos jurídicos do registro. Negócios jurídicos imobiliários. Compra e venda imobiliária. Os vícios e defeitos do imóvel. Promessa de compra e venda. Permuta. Direito do promitente comprador. Contrato de "time sharing". Contrato de corretagem. Locação. Operações built to suit. O Direito Imobiliário no Código de Defesa do Consumidor.
Conteúdo Programático
1. Sistema Registral. Cadastro. 2. Direito e obrigações. 3. Processos relativos ao Registro Imobiliário (dúvida e retificação). 4. Parcelamento do Solo Urbano. 5. Zoneamento, loteamentos e regularização fundiária. 6. Estatuto da Cidade. 7. Empreendimentos Imobiliários. 8. Incorporações Imobiliárias. Condomínios horizontais e verticais.
Bibliografia
<ul style="list-style-type: none">● SCAVONE JR, Luiz Antonio. Direito Imobiliário - Teoria e Prática. 9.ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2015. A● VVAD, Pedro Elias. Direito imobiliário: teoria geral e negócios imobiliários. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2012.● SALLES, Venicio. Direito registral imobiliário. 3. ed. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 2012.● LOUREIRO, Luiz Guilherme. Registros públicos: teoria e prática. 6. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: Método, 2014.

- SILVA, Bruno Mattos e. Compra de imóveis: aspectos jurídicos, cautelas devidas e análise de riscos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

Disciplina: Solução de Conflitos Jurídicos
Ementa
Conceitos e princípios da negociação de conflitos jurídicos. Objetivos. Negociações entre organizações e pessoas. Equipes de negociação (habilidades básicas). Negociações complexas. Estratégias e táticas de negociações. Ética. Perfil do negociador. O processo de mediação. Relações interpessoais e a importância da comunicação para a negociação. Negociação e relações econômicas. Negociação internacional.
Conteúdo Programático
1. Princípios de negociação Jurídica 2. Técnicas de negociação de conflitos jurídicos 3. Ética nas negociações 4. Gestão de conflitos 5. A negociação internacional
Bibliografia
<ul style="list-style-type: none">• ZENARO, M. Técnicas de negociação. Como melhorar seu desempenho pessoal e profissional nos negócios. São Paulo: Atlas. 2017.• MELLO, J.C.M. Negociação baseada em estratégia. São Paulo: Atlas. 2012.• VALENTE et.al. Guia para a compra e venda de empresas - Avaliação e negociação. São Paulo: LTC. 2014.• PESSOA, C. Negociação aplicada. São Paulo: Atlas. 2009.• SILVA, A. R. de A. Negociação. In: FAZENDA, Ivani Catarina Arantes (org.). Interdisciplinaridade: pensar, pesquisar e intervir. São Paulo: Cortez, 2014.• FERREIRA, G. Negociação: Como usar a inteligência e a racionalidade. São Paulo: Atlas. 2013.• SANDOVAL, A. A arte de negociar. Negociações empresariais. Rio de Janeiro: Renovar, 2015.• CORREIA, J.C. Negociação. Rio de Janeiro: FGV. 2017. [Col. Gestão Empresarial].• MARTINELLI, D.P. Negociação empresarial. Enfoque sistêmico e visão estratégica. Barueri, São Paulo: Manole. 2015.• CAMPOS, A.G. Sindicatos no Brasil: O que esperar no futuro próximo Brasília: Ipea, 2016. (Texto para Discussão n. 2.262). Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7353/1/td_2262.pdf. Acesso em: 17 jul. 2019.• CAMPOS, A.G. Impactos da terceirização sobre a remuneração do trabalho no Brasil: Novas evidências para o debate. Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8711/1/Impactos da terceirização.pdf. Acesso em: 17 jul. 2019.

Disciplina: Sistema Registral e Notarial
Ementa
Direito Notarial e Registral. Tabelionato de Notas. Registro civil das pessoas naturais. Registro civil das pessoas jurídicas. Registro de títulos e documentos. Registro de imóveis. Protesto de títulos.
Conteúdo Programático
1.Direito notarial e registral. 2. Lei 8.935 de 15.12.1994. 3.Tabelionato de notas. 4. Resolução 35 do CNJ. 5. Registro civil das pessoas naturais. 6. Registro civil das pessoas jurídicas. 7. Registro de títulos e documentos. 8. Protesto de títulos. 9. Lei nº 9.492, de 10.09.1997. 10. Das certidões. 11. Registro de imóveis. 12. Dec. 4.857, de 09.11.1939 13. Sistema Atual. Lei 6.015, de 31.12.1973. 14. Do Registro. Da Averbação. 15. Das Pessoas. 16. Do Processo de Registro e Averbação. 17. Das Retificações de Registro e Averbação.
Bibliografia
<ul style="list-style-type: none">• CENEVIVA, Walter. Lei dos Registros Públicos Comentada. 20 Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.• DINIZ, Maria Helena. Sistemas de Registros de Imóveis. São Paulo: Saraiva, 2009.• JACOMINO, Sérgio (Org.). Registro de Imóveis. XXV Encontro de Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil/São Paulo e XXVI Encontro de Oficiais de Registro de Imóveis/Recife. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.• ABRÃO, Carlos Henrique. Do Protesto. 2 ed. São Paulo: LEUD, 2002.

- BALBINO FILHO, Nicolau. Contratos e Notificações no Registro de Títulos e Documentos. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- BRANDELLI, Leonardo. Teoria Geral do Direito Notarial. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- CARVALHO, Afrânio de. Registro de Imóveis. 4 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

Disciplina: Parcelamento do Solo
Ementa Parcelamento territorial urbano e rural. O Cadastro como Base. Desmembramentos. Amembramento. Contrato de compra e venda. Escritura de posse. Escritura pública. Desapropriação. Loteamento. Condomínio. Parcela. Retificação de imóveis. Legislação vigente. Legislação Federal.
Conteúdo Programático 1. O bem imóvel e o seu aspecto jurídico 2. Parcelamento Territorial Rural 3. Parcelamento imóveis urbanos 4. Loteamento e Parcelamento de Imóveis Rurais 5. Retificação de Registro Imobiliário 6. .Parcelamento do solo e processo de urbanização 7. Projeto Urbano e condicionantes 8. Legislação e planejamento 9. .Plano de loteamento
Bibliografia <ul style="list-style-type: none">● ATHAYDES, Olmiro Gayer; ATHAYDES, Lisete A. Dantas Gayer. Teoria e prática do parcelamento do solo. São Paulo, SP: Saraiva, 1984. x, 121 p.● CARNEIRO, A.F.T.. Cadastro Imobiliário e Registro de Imóveis. Porto Alegre: Editora Sergio Fabris, 2003.● AFONSO A. M. C., Parcelamento do solo urbano: Loteamento e desmembramento. Belo Horizonte: O Lutador, 2007. 179 p.● AUGUSTO, E. A. A. Manual Básico Retificação de Registro e Georreferenciamento: Comentários, Modelos e Legislação. Conchas, 2011.● ROLNIK, R., Instrumentos urbanísticos: concepção e gestão. Revista da ABGE .● SOBREIRA, F. G., SOUZA, L. A., Cartografia geotécnica aplicada ao planejamento urbano. Revista Brasileira de Geologia de engenharia e ambiental. 2008.● MORETI, R. S., Qualidade fora da lei. Revista Techne, nº 3, 1993.● MESQUITA, A. P., Parcelamento do solo urbano e suas diversas formas. 1 ed. rev. Curitiba/PR. IESDE Brasil, 2012.

Disciplina: Relações Jurídicas de Propriedade
Ementa A disciplina estuda as relações jurídicas que envolvem o patrimônio econômico das pessoas, por meio dos seguintes institutos: Direitos Reais: Posse: aquisição, perda e efeitos. Propriedades: aquisição e perda. Direitos reais na coisa alheia: de uso e fruição; de garantia; de aquisição.
Conteúdo Programático 1. Direitos reais 2. Classificação dos direitos reais 3. Posse x Propriedade 4. Formas de aquisição, transmissão e perda da posse 5. Ações possessórias 6. Formas de aquisição da propriedade imóvel 7. Direitos de vizinhança 8. Do direito de construir
Bibliografia <ul style="list-style-type: none">● FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: Reais. São Paulo: Atlas, 2015.● GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Direito das Coisas. São Paulo: Saraiva, 2014.● TARTUCE, Flávio. Direito Civil 4: Direito das Coisas. São Paulo: Método, 2015.● CARVALHO FILHO, José dos Santos. Comentários ao estatuto da cidade. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2013.● DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Direito das coisas. São Paulo: Método, 2012. V. 4.● PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil. Direitos Reais. 23 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

- RIZZARDO, Arnaldo. Direito das Coisas. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil. Direitos Reais. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Disciplina:
Teorias do Direito

Ementa

O Direito. Epistemologia jurídica. Temas fundamentais do Direito: Direito e moral; obrigação jurídica e obrigação moral; Direito e justiça; Direito público e Direito privado: superação da dicotomia; jusnaturalismo e positivismo jurídico; destinatários do Direito: noção geral de sujeito. Teoria da Norma Jurídica. Teoria do Ordenamento Jurídico. Direito, poder e democracia.

Conteúdo Programático

1. O Direito através da História 2. O Direito e sua relação a Filosofia 3. O Direito natural e o Direito positivo 4. As relações jurídicas 5. As fontes do Direito 6. Teoria da norma jurídica 7. Teoria geral do ordenamento jurídico 8. O Direito e a linguagem

Bibliografia

- SGARBI, Adrian. Teoria do direito: (primeiras lições). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
- SOARES, Ricardo Maurício Freire. Elementos de teoria geral do direito. 3. São Paulo Saraiva 2016 1 [recurso online]
- SANDEL, Michael J. Justiça: o que é fazer a coisa certa. 20. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- NADER, Paulo. Filosofia do direito. 23. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. [recurso online].
- ROCHA, José Manuel de Sacadura. Fundamentos de filosofia do direito o jurídico e o político da Antiguidade a nossos dias. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- ALEXY, Robert. Teoria dos direitos fundamentais. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.
- BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. Curso de filosofia do direito. 12. ed., rev., atual. e ampliada São Paulo: Atlas, 2016.
- BOBBIO, Norberto. Teoria da norma jurídica. 5. ed. rev. São Paulo: EDIPRO, 2014.
- GABARDO, Emerson; SALGADO, Eneida Desiree. Direito, felicidade e justiça. Belo Horizonte: Fórum, 2014.
- KANT, Immanuel. Fundamentação da metafísica dos costumes. 2. ed. Lisboa: Edições 70, 2011
- KELSEN, Hans. Teoria pura do direito. 8. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009
- REALE, Miguel. Teoria tridimensional do direito. 5. ed., rev. e restr. São Paulo: Saraiva, 1994.
- SEN, Amartya Kumar. A ideia de justiça. São Paulo: Companhia das Letras, 2011

Disciplina:
Fundamentos do Direito Comercial

Ementa

Teoria geral do Direito Comercial. Atividade comercial. Regime jurídico da livre iniciativa. Registro do comércio. Livros comerciais. Estabelecimento comercial. Nome comercial. Propriedade industrial. Conceitos de consumidor e fornecedor. O consumidor individual e a coletividade de consumidores. Produtos e serviços como objetos da relação de consumo. Os direitos fundamentais do consumidor. A responsabilidade civil objetiva. A responsabilidade pelo fato do produto e do serviço e a responsabilidade por vício do produto e do serviço. Da responsabilidade nas relações de consumo. Das práticas e das cláusulas contratuais abusivas. Dos crimes da relação de consumo. Da tutela jurisdicional individual e coletiva dos consumidores. Do sistema nacional de defesa do consumidor e da convenção coletiva de consumo. Teorias sobre o comportamento do consumidor

Conteúdo Programático

1. Uma introdução ao Direito Comercial 2. A atividade empresarial e sua organização 3. Nome empresarial e propriedade industrial 4. Código de Defesa do Consumidor 5. A proteção do consumidor

Bibliografia

- BORGES, J. E. Curso de Direito Comercial Terrestre. São Paulo: Forense, 1959.
- COELHO, F. U. Curso de Direito Comercial. São Paulo, Saraiva, 2002.
- COELHO, F. U. Manual de Direito Comercial: Direito da Empresa. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.
- CORDEIRO. A. M. Manual de Direito Comercial. Coimbra: Almedina, 2001.

- FERREIRA, W. M. Instituições de Direito Comercial. São Paulo: Max Limonad, 1956.
- FRANCO, V. H. de. M. F. Manual de Direito Comercial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.
- GONÇALVES NETO, A. de. A. Manual de Direito Comercial. Curitiba: Juruá, 2000.
- MARTINS, F. Curso de Direito Comercial. 28. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- REQUIÃO, R. Curso de Direito Comercial. São Paulo: Saraiva, 1993.
- TARTUCE, F.; NEVES, D. A. Manual de Direito do Consumidor: Direito Material e Processual. 5. ed. rev. atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2016.

Disciplina: Princípios e Fundamentos do Direito Administrativo
Ementa
Organização político-administrativa do Estado democrático de direito: fundamentos constitucionais do direito administrativo brasileiro (descentralização política e administrativa): entes federativos e sua administração pública direta e indireta. Princípios constitucionais da administração pública e princípios legais regedores de sua atividade: seu controle interno e externo. Poderes e contratos administrativos. Atos administrativos. Licitações e contratos administrativos. Bens públicos. Serviços públicos. Agentes administrativos
Conteúdo Programático
1. Origem histórica do Direito Administrativo 2. Regime Jurídico Administrativo: supremacia do interesse público sobre o privado e indisponibilidade do interesse público 3 Os princípios constitucionais administrativos 4. Noções preliminares de atos Administrativos: conceito, classificação, perfeição, validade e eficácia. 5. Atributos e Requisitos dos atos Administrativos. 6. Revogação, anulação e convalidação. 7. Desvio de poder: excesso de poder, desvio de finalidade e abuso de poder. 8. licitações e Contratos Administrativos
Bibliografia
<ul style="list-style-type: none">• CAETANO, Marcelo. Princípios Fundamentais do Direito Administrativo; Rio de Janeiro: Forense, 2000.• CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo; Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2014.• DI PIETRO, Maria Sylvia Zanello. Direito Administrativo; São Paulo: Atlas, 2012.• FAGUNDES, M. Seabra; BINENBOJM, Gustavo. O controle dos atos administrativos pelo poder judiciário; Rio de Janeiro: Forense, 2005.• MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de direito administrativo.; São Paulo: Malheiros, 2014.• SOUTO, Marcos Juruena Villela. Direito administrativo; Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.• SUNDFELD, Carlos Ari. Direito administrativo; São Paulo: Saraiva, 2008.• MEDAUAR, Odete. Direito administrativo moderno; São Paulo: Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2007.

Disciplina: Metodologia do Trabalho Científico
Ementa
A pesquisa e a construção do conhecimento. Conhecimento popular e conhecimento científico. Ética na pesquisa. Discussão e elaboração de projetos de pesquisa. Dimensões da pesquisa. Pesquisar para quê? Desenvolvimento de projetos. Tipos de pesquisa. Fontes e base de dados de pesquisa. Normas e relatórios de pesquisa.
Conteúdo Programático
1. Pesquisa e conhecimento 2. Fases e etapas da pesquisa 3. Projetos de pesquisa 4. Relatórios de pesquisa
Bibliografia
<ul style="list-style-type: none">• ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6023: informação e documentação - referências - elaboração. Rio de Janeiro: ABNT, 2018.• CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. COSTA, M. V. (Org.). Caminhos investigativos I: Novos Olhares na Pesquisa em Educação. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.

- CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.
- CRESWELL, John W. Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Penso, 2007.
- FLICK, Uwe. Introdução à Metodologia de Pesquisa: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013.
- GATTI, Bernadete Angelina. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Liber Livro, 2010.
- GIL, A. Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. GIL, A. C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GAMBOA, S. S. Pesquisa em educação: método e epistemologia. 2. ed. Chapecó: Argos, 2012.
- KOLLER, Sílvia H; COUTO, Maria Clara P. de Paula; VON HOHENDORFF, Jean. Manual de Produção Científica. Porto Alegre: Penso, 2014.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2001. LUNA, Sergio Vasconcelos de. Planejamento de pesquisa: uma introdução. São Paulo: EDUC, 2012.

Disciplina: LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados e Marco Civil da Internet
Ementa
Privacidade e proteção de dados. Impacto da LGPD na economia e nos negócios. Lei n. 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD): panorama, fundamentos, princípios, conceitos, diretrizes e mudanças derivadas da LGPD. Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Necessidade de adequação às diretrizes da LGPD, através da implementação de um plano de adequação. Proteção de dados pessoais e governança corporativa. LGPD e Compliance: desenvolvimento de cultura quanto ao tratamento de dados pessoais, voltado para a construção de um ambiente mais transparente, ético e seguro para os titulares dos dados pessoais.
Conteúdo Programático
1. Privacidade na Sociedade da Informação 2. Antecedentes normativos, direito comparado e marcos legais 3. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais 4. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados e as sanções legais 5. Proteção de dados pessoais e governança corporativa 6. Tutela jurisdicional da proteção de dados pessoais
Bibliografia
<ul style="list-style-type: none"> ● BIONI, Bruno. Proteção de dados pessoais. A função e os limites do consentimento. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020. ● BLUM, Renato Opice (Organizador). Proteção de Dados, desafios e soluções na adequação à Lei. Forense, Rio de Janeiro: 2020. ● DONEDA, Danilo. Da privacidade a proteção de dados pessoais. 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. ● FEIGELSON, Bruno e SIQUEIRA, Antonio Henrique Albani (Coordenadores). Comentários à Lei Geral de Proteção de Dados. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. MALDONADO, Viviane Nóbrega (Coordenadora). LGPD: Lei Geral de Proteção de dados pessoais. Manual de Implementação. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. ● MALDONADO, Viviane Nóbrega e BLUM, Renato Opice (Coordenadores). LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados Comentada. 2ª ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019. MALDONADO, Viviane Nóbrega e BLUM, Renato Opice (Coordenadores). Comentários ao GDPR: Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2018. ● PINHEIRO, Patrícia Peck. Proteção de dados pessoais: comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD). 2ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. ● TEPEDINO, Gustavo; FRAZÃO, Ana e OLIVA, Milena Donato (Coordenadores). Lei Geral de Proteção de dados pessoais e suas repercussões no Direito brasileiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019. ● QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. Direito à privacidade e proteção de dados pessoais: aproximações e distinções. En: Revista do Advogado, n. 144, nov. 2019. São Paulo: AASP.

